

JMORAES

COMISSARIA DE DESPACHOS ADUANEIROS LTDA.

CÓDIGO DE CONDUTA E POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO

O que é o “CÓDIGO DE CONDUTA E POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO” da JMORAES”?

A JMORAES e os seus empregados estão comprometidos a conduzir seus negócios e relacionamentos dentro dos princípios da ética, da honestidade, da integridade e do respeito às leis.

O “CÓDIGO DE CONDUTA E POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO” da JMORAES é um guia didático, que tem por objetivo orientar sobre as condutas dentro daqueles princípios e da visão das leis criadas para combater a corrupção no Brasil e no mundo.

Quando falamos em corrupção, estamos falando em interações com Governos e empresas públicas. O manual é exemplificativo, por essa razão, não consegue abordar todas as situações possíveis, mas, oferece diretrizes de comportamento para uma boa parte delas.

Se tiver dúvidas após a sua leitura, peça esclarecimentos ao seu supervisor ou entre em contato com o **Diretor João Gomes de Moraes, pelo e-mail joao.moraes@jmoraes.com.br, canal responsável para ajudá-los ou aconselhá-los nesse tema.**

O importante é que todos nós estejamos conscientes do cumprimento das leis anticorrupção, afinal, uma falha nesse sentido pode resultar em sérias penalidades para a JMORAES e os seus empregados, inclusive, responsabilidade criminal para as pessoas envolvidas em atos considerados de corrupção.

Este manual está disponível no site da empresa (<http://www.jmoraes.com.br>), para que seja possível acessá-lo de onde estiver.

1 - INTRODUÇÃO

1.1 Este Código de Conduta e Política Anticorrupção da JMORAES, aplica-se aos seus funcionários, dirigentes, administradores, acionistas, conselheiros, estagiários, bem como, aos seus prestadores de serviços, doravante denominados “PESSOAL”.

1.2 O presente Código de Conduta e Política Anticorrupção (“CÓDIGO”) tem por objeto definir as regras, diretrizes e princípios éticos fundamentais para nortear diariamente a conduta profissional do PESSOAL na condução dos negócios e atividades da JMORAES, visando assegurar um padrão de integridade e correção perante os clientes, prestadores de serviços, fornecedores, órgãos públicos em geral e funcionários.

1.3 Este CÓDIGO tem ainda por objetivo, promover a conformidade com leis aplicáveis relativas ao combate à corrupção, licitações e contratos e legislação correlata (Lei Brasileira Anticorrupção - Lei Federal nº 12.846 de 1º de agosto de 2013; Lei Antitruste (Lei 12.529/2011); Lei de Licitações e Contratos (Lei 8.666/1993); Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.249/1992), especialmente, para que todos estejam engajados no objetivo de mitigar situações de risco.

1.4 A JMORAES, no desenvolvimento de suas atividades, adota as leis anticorrupção nacionais aplicáveis, inclusive as Leis de Prevenção e Combate à Corrupção de Atividades, submetendo-se a tratados e leis de combate à corrupção. Estas leis têm em comum a proibição de pagamentos a funcionários governamentais para induzir ações, e exigem a manutenção de livros e registros contábeis precisos e um sistema de controles internos. Além da legislação e dos tratados internacionais, no Brasil, a Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) proíbe terminantemente os atos de corrupção, comumente conhecidos como pagamento de propina e benefícios para obtenção de facilidades ou ilegalidades.

1.5 As infrações a este CÓDIGO sujeitam seus autores a medidas disciplinares e/ou penalidades, com base em normativos internos da JMORAES, legislação trabalhista, civil e penal, legislação anticorrupção nacionais e internacionais aplicáveis, inclusive, as Leis de Prevenção e Combate à Corrupção, e correlatas, conforme o caso.

1.6 A legislação acima referida poderá sofrer alterações, porém, deverá ser cumprida sem necessidade de aditamento do presente documento.

1.7 Este CÓDIGO é complementar a outras políticas e procedimentos da JMORAES em vigor.

2 - DEFINIÇÕES

2.1 CONFLITOS DE INTERESSES: toda situação em que alguém não é independente em relação ao assunto em discussão e pode influenciar ou tomar decisões motivadas por interesses conflitantes com os interesses da Companhia.

2.2 EMPRESA: JMoraes Comissária de Despachos Aduaneiros.

2.3 FRAUDE: é o crime ou ofensa de, deliberadamente, enganar outros com o propósito de prejudicá-los, usualmente para obter propriedade ou serviços dele ou dela injustamente. É qualquer ato arduoso, enganoso, de má-fé com o intuito de lesar ou ludibriar outrem, ou de não cumprir determinado dever, obtendo para si ou outrem vantagens ou benefícios indevidos (pecuniários ou não).

2.4 CORRUPÇÃO: é o ato ou efeito de subornar uma ou mais pessoas em causa própria ou alheia, geralmente mediante a oferta de dinheiro. Também pode ser conceituado como o emprego, por parte de pessoas do serviço público e/ou particular, de meios ilegais para em benefício próprio ou alheio, obter vantagens ou benefícios indevidos (pecuniários ou não). Ela pode ser constatada sob 02 (duas) modalidades, sendo:

- a. Passiva: praticada por Agente Público contra a administração pública em geral e consiste em solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função, ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem; e

- b. Ativa: praticada por particular contra a administração pública em geral e consiste em oferecer ou prometer vantagem indevida a Agente Público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício. Pode ser entendido, também como sendo o ato ou efeito de degenerar, seduzir ou ser seduzido por dinheiro, presentes, entretenimentos ou qualquer benefício que leve alguém a se afastar, agir ou deixar de agir de acordo com a lei, moral, bons costumes e o que é considerado certo no meio social. Para fins desta política, não será tolerada qualquer forma de corrupção, quer com entes públicos, quer com partes privadas.

2.5 FORNECEDORES: fornecedores de materiais, matérias primas, prestadores de serviços, agentes, consultores, despachantes, e transportes e integrados.

2.6 INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS: o termo Informações Confidenciais diz respeito àquelas informações ou matérias que não estão disponíveis ao público, abrangendo:

- a. Informações técnicas, financeiras, legais e analíticas sobre as propriedades e operações da JMORAES;
- b. Análises, compilações, estudos e outros documentos preparados pela JMORAES ou por seus sócios, diretores, agentes, consultores ou funcionários que contenham ou reflitam essas informações;
- c. Patentes e know-how mantidos pela JMORAES diretamente ou através de uma ou mais licenças concedidas pelo Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (“INPI”) ou qualquer outro órgão internacional habilitado para fazê-lo;
- d. Todos e quaisquer segredos comerciais, segredos mercantis e informações confidenciais de que já disponha, ou venha a

dispor, o PESSOAL da JMORAES em razão de suas atividades;

- e. Todos e quaisquer desenhos, especificações, relação de materiais, manuais de treinamento e de operação, material documental ou eletrônico, dados técnicos, informações e conhecimentos incluídos ou relativos a qualquer equipamento projetado desenvolvido pela JMORAES;

- f. Toda e qualquer informação desenvolvida ou de propriedade da JMORAES que possa se revestir de qualquer forma, seja oral, por escrito, inclusive, softwares e programas ou em qualquer outra forma, corpórea ou não, tais como, mas não apenas fórmulas, algoritmos, processos, estudos mercadológicos, projetos, croquis, fotografias, plantas, desenhos, conceitos de produto, especificações, amostras de ideia, clientes, nome de revendedores e/ou distribuidores, preços e custos, definições e informações mercadológicas, invenções e ideias. Incluem-se também no conceito de “Informações Confidenciais” quaisquer informações que venham a ser fornecidas por terceiros e empresas associadas à JMORAES.

2.7 INFORMAÇÕES PRIVILEGIADAS: dados e informações confiadas à JMORAES e indicadas como sigilosas pelos clientes, fornecedores e parceiros, e aquelas de interesse e relevância para os negócios da JMORAES, bem como aquelas que o mercado de capitais considera importante na decisão de compra ou venda de títulos ou valores mobiliários, entre elas, mas não somente, as seguintes: a) as de natureza comercial; b) as de natureza técnica; c) as de natureza estratégica; d) aquelas sobre funcionários, autônomos, consultores, prestadores de serviço, representantes e prepostos; e) bem como quaisquer cópias ou registros destes, orais ou escritos, contidos em qualquer meio físico, que tenham sido ou sejam, direta ou indiretamente, fornecidos ou divulgados aos membros da JMORAES, relativamente a ela, suas controladas, coligadas, subsidiárias integrais, acionistas, clientes, prestadores de serviço ou fornecedores; f) aquelas sobre posições financeiras, projeções, perspectivas de desempenho e afins, utilizadas pela administração da JMORAES as quais deverão ficar circunscritas a esse âmbito e aos signatários de termo de

confidencialidade externa pertinente, se existir até divulgação oficial, caso seja esse o propósito.

2.8 PESSOAL: todos os funcionários, dirigentes, administradores, acionistas, conselheiros, estagiários e prestadores de serviços da JMORAES. Para fins de aplicação do presente CÓDIGO, são considerados prestadores de serviços, as pessoas físicas ou jurídicas a qualquer título, fornecedores em geral, consultores, parceiros, terceiros contratados ou subcontratados, através de contrato formal, ou não, que atuem em nome da GRANEL ou empresas associadas para qualquer fim, inclusive os que prestam serviços e interagem com o governo ou com outros em nome da GRANEL para a consecução do negócio contratado.

2.9 PODER PÚBLICO: todo e qualquer órgão, autoridade ou entidade governamental.

2.10 PROPRIEDADE INTELECTUAL: invenções, obras literárias e artísticas, símbolos, nomes, imagens, desenhos e modelos utilizados.

2.11 SUBORNO ou PROPINA : é o meio pelo qual se pratica a Corrupção, dado ser a prática de prometer, oferecer ou pagar a uma autoridade, governante, Agente Público ou profissional da iniciativa privada qualquer quantidade de dinheiro ou quaisquer outros favores para que a pessoa em questão deixe de se portar eticamente com seus deveres profissionais.

2.12 TRÁFICO DE INFLUÊNCIA: praticado por particular contra a administração pública em geral e consiste em solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por Agente Público no exercício da função. Veja que, nesse crime, não se trata de promessa de dinheiro, mas sim de vantagens.

2.13 SOCIEDADES CONTROLADAS: empresas em cujo capital outra sociedade possua a maioria dos votos nas deliberações dos quotistas ou na assembléia geral e o poder de eleger a maioria dos administradores.

3 - A EMPRESA E SEUS NEGÓCIOS

3.1 O PESSOAL da JMORAES deve conduzir as suas ações em conformidade com as leis e regulamentações aplicáveis. Quando apropriado, este CÓDIGO poderá ser utilizado como referência nos negócios e em outros contextos.

4 - CONDUTA PESSOAL

O PESSOAL, no desempenho de suas atividades deverá:

4.1 Agir com cortesia, respeito e comportamento não discriminatório, zelando pelos usos e costumes de outras culturas de pessoas de dentro ou fora da JMORAES.

4.2 Conduzir suas atividades com honestidade e de forma apropriada, mostrando profissionalismo, integridade, e defesa do patrimônio e do desempenho econômico da JMORAES.

4.3 Cumprir rigorosamente as legislações específicas relacionadas ao seu trabalho, bem como, as instruções e políticas internas da JMORAES.

4.4 Apresentar-se ao local de trabalho e em reuniões externas apropriadamente trajado.

4.5 Buscar o auto desenvolvimento com a ampliação e atualização dos seus conhecimentos, bem como, sugerir melhorias à JMORAES.

4.6 Informar apropriadamente e prontamente à JMORAES conforme estabelecido no item 5.4 abaixo, os assuntos e problemas que possam ser prejudiciais aos interesses da mesma. As explicações de eventuais enganos ou erros devem ser voluntariamente apresentadas quando devidas.

5 - CONFLITOS DE INTERESSES

5.1 O PESSOAL deve evitar a prática de atos que possam ser conflitantes com os da JMORAES, direta ou indiretamente.

5.2 É expressamente vedado ao PESSOAL, ter qualquer relação financeira, comercial ou pessoal com fornecedores, clientes ou concorrentes que possa, ou poderia, prejudicar a independência para a tomada de qualquer decisão em nome da JMORAES.

5.3 A título exemplificativo, relacionamos as seguintes situações de conflito:

- a. Usar indevidamente de sua posição na JMORAES para apropriar-se de oportunidades de negócios empresariais para benefício pessoal, de membros de sua família ou de terceiros;
- b. Solicitar e/ou aceitar presentes, descontos, empréstimos, dinheiro, vales, cupons que podem ser trocados por produtos, garantias, favores, vantagens e patrocínios, para benefício próprio e/ou de terceiros;

- c. Desenvolver atividades paralelas e conflitantes com o negócio da JMORAES;
- d. Contratar fornecedor com interesse particular;
- e. Utilizar indevidamente recursos financeiros, bens e propriedades e oportunidades de negócio da JMORAES para ganhos pessoais ou de terceiros, ou para fins contrários aos interesses comerciais da JMORAES; e
- f. Oferecer, prometer, dar ou pagar propinas ou subornos, vantagens favores, gratificações ou comissões a funcionários públicos ou privados, agentes, consultores, ou outras pessoas, com o objetivo de influenciar uma decisão ou o cumprimento de uma obrigação; ou aceitar propinas ou subornos, comissões, abatimentos, empréstimos, descontos, favores, gratificações ou vantagens, como recompensa ou agradecimento por você ter cumprido seus deveres legais.

5.4 Como é impossível prever todas as situações em que possa ocorrer conflito de interesse, em caso de dúvidas, deverá ser consultado o superior hierárquico imediato ou, em caso de impedimentos, o Departamento de Recursos Humanos e o Gerente Geral, nessa ordem, antes de agir.

6 - SUBORNO E CORRUPÇÃO

6.1 A JMORAES não tolera qualquer forma de suborno ou corrupção.

6.2 É expressamente vedado ao PESSOAL oferecer, prometer dar, solicitar ou receber qualquer forma de pagamento impróprio, vantagem indevida, suborno, propina e induzimento impróprio ou ilegal.

6.3 São condutas expressamente proibidas:

- a. Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- b. Comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos na Lei Anticorrupção;
- c. Comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
- d. Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

6.4 No tocante a licitações e contratos, é expressamente vedada a prática de atos que possam de qualquer forma:

- a. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- b. Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

- c. Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d. Fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- e. Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- f. Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
- g. Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

7 - ENTRETENIMENTO E PRESENTES

7.1 É vedado ao PESSOAL, solicitar ou aceitar presentes e entretenimento ou favores que tenham mais do que um valor simbólico, de pessoas que negociam ou buscam negociar com a JMORAES e que possam, de alguma maneira, comprometer a capacidade de tomada de decisões comerciais pela JMORAES de forma isenta e objetiva. Igualmente, é proibido oferecer tais presentes ou favores a estas pessoas.

7.2 Também é vedado ao PESSOAL oferecer dinheiro, presente, facilidades, brindes e/ou viagens a um agente público ou terceiros com a finalidade de influenciar sua decisão. Pagamentos impróprios incluem qualquer coisa além de um valor simbólico entregue a qualquer pessoa

para obter tratamento preferencial para a JMORAES ou para seu PESSOAL.

7.3 Modestas confraternizações envolvendo discussões de negócios, são geralmente consideradas apropriadas, desde que previamente aprovadas pelo Superior hierárquico. Neste caso, incluem-se as refeições e viagens de negócios, lanches antes ou depois das reuniões de negócios, eventos esportivos e culturais ocasionais.

7.4 Não deve ser aceita de fornecedores, clientes ou terceiros, qualquer forma de entretenimento ou presentes que possam resultar em sentimento ou expectativa de obrigação pessoal. Isto se aplica igualmente tanto para dar quanto para receber propostas de entretenimento e presentes, assim como a oferecer presentes a fornecedores, vendedores, clientes ou para qualquer funcionário do governo.

7.5 O Superior hierárquico deve sempre ser informado pelo mesmo sobre os presentes e entretenimento dados e recebidos. Nem sempre um presente é algo tangível, podendo também ser ofertado sob a forma de serviços, favores ou outras coisas de valor.

8 - CONTABILIDADE

8.1. A JMORAES deve manter os seus registros contábeis precisos e completos. As transações com outras partes devem ser devidamente registradas nos sistemas e livros da JMORAES. As transações realizadas internamente, inclusive, entre partes do mesmo grupo econômico, devem ser comercialmente corretas e fielmente contabilizadas.

9 - ATIVIDADE POLÍTICA E DOAÇÕES

9.1 A JMORAES não participará de qualquer atividade política e não fará qualquer doação com fins políticos, sendo, portanto, expressamente proibida a realização de contribuições ou manifestações desta natureza em nome da JMORAES, exceto quando devidamente e previamente autorizada pela Diretoria.

9.2 Igualmente, a JMORAES proíbe a doação ou patrocínio para benefício de organizações filantrópicas, esportivas ou de caridade, para o fim de obter benefício de qualquer natureza ou informação privilegiada ilegalmente.

9.3 As doações e patrocínios não podem ter impacto sobre as decisões de negócio da JMORAES.

9.4 A JMORAES encoraja seu PESSOAL a apoiar a comunidade, as instituições de caridade e as organizações políticas de sua preferência, sempre e quando deixem bem claro que suas opiniões e seus atos não refletem as opiniões e os atos da JMORAES.

10 - INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

10.1 Nenhuma informação da JMORAES, ou a ela referente, assim como informações sobre negociações, contratos, documentos, anotações, arquivos, registros, informações verbais, arquivos eletrônicos ou material semelhante, poderá ser removida das dependências da JMORAES sem permissão por escrito.

10.2 Informações confidenciais apenas podem ser reveladas internamente às pessoas que delas necessitem, salvo quando em cumprimento à exigência legal.

10.3 A confidencialidade e o direito de propriedade das informações recebidas de terceiros deve ser respeitada.

11 - SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TI).

11.1 As informações produzidas e armazenadas nos sistemas de informática e equipamentos da JMORAES são de sua exclusiva propriedade, por isso, é reservado a esta o direito de acessá-las e revisá-las, exceto quando limitado por lei ou acordo expressamente firmado.

11.2 O PESSOAL é responsável pela guarda dos seus arquivos, inclusive os eletrônicos, que devem ser mantidos ordenados, pois fazem parte dos arquivos da JMORAES.

11.3 As informações, sistemas de TI e Internet devem ser utilizadas exclusivamente para realização de trabalhos de interesse da JMORAES e não para interesses pessoais. É proibida a utilização de softwares ilegais em contravenção às leis de direitos autorais.

11.4 A JMORAES respeita a privacidade individual de cada um de seu PESSOAL, entretanto, estes direitos de privacidade não se estendem à conduta relacionada ao trabalho ou ao uso dos equipamentos e das instalações da JMORAES, incluindo sistemas de TI, e-mail e Internet.

11.5 A JMORAES poderá acessar e monitorar o uso destes sistemas a qualquer momento para qualquer propósito empresarial.

11.6 Apesar da JMORAES permitir o uso incidental e ocasional de e-mail para razões pessoais, essas mensagens são tratadas como mensagens relacionadas ao trabalho, e a JMORAES pode monitorá-las ou divulgá-las, independente do conteúdo.

11.7 É proibido se envolver em salas de bate-papo na Internet, redes sociais ou comunicações similares na Internet em relação à JMORAES e o PESSOAL não pode usar os sistemas de e-mail e Internet da Empresa para qualquer propósito impróprio ou ilegal.

11.8 Somente as pessoas das áreas técnicas autorizadas pela JMORAES podem contratar, instalar, duplicar e distribuir softwares, de acordo com contratos formalmente celebrados com os respectivos fornecedores.

12 - CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS

12.1 A contratação de terceiros a qualquer título deverá obrigatoriamente ser precedida de análise a ser realizada para verificação de cadastro, antecedentes, reputação, qualificações, acionistas, condições financeiras e histórico de cumprimento de leis anticorrupção.

12.2 Para finalidade deste documento, são considerados “TERCEIROS” os prestadores de serviços (pessoas físicas ou jurídicas) a qualquer título, fornecedores em geral, consultores, parceiros, terceiros contratados ou subcontratados, através de contrato formal, ou não, que atuem em nome da JMORAES ou empresas associadas para qualquer fim, inclusive, os que prestam serviços e interagem com o governo ou com outros em nome da JMORAES para a consecução do negócio contratado.

12.3 Este item também se aplica às sociedades empresariais e às sociedades simples, personificadas ou não, independentemente da forma de organização ou modelo societário adotado, bem como a quaisquer fundações, associações de entidades ou pessoas, ou sociedades estrangeiras, que tenham sede, filial ou representação no território brasileiro, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente.

13 - CUMPRIMENTO E CONTROLE INTERNO

13.1 A JMORAES empregará os meios necessários de controle interno para monitorar a completa observância deste CÓDIGO. Anualmente, os Gerentes deverão reportar o cumprimento deste CÓDIGO ao Diretor Geral, Sr. João Gomes de Moraes.

13.2 Qualquer dúvida quanto ao entendimento e observância deste CÓDIGO deve ser levada e discutida com o Superior hierárquico imediato. Se julgar difícil, o PESSOAL deverá levar o assunto ao Departamento de Recursos Humanos. Se desejar ou achar conveniente poderá discutir qualquer assunto relacionado ao Código de Conduta e Política Anticorrupção com o Gerente Geral. Da mesma forma, se algum PESSOAL tiver conhecimento que este CÓDIGO está sendo infringido, o assunto deverá ser levado ao Superior hierárquico imediato. Se julgar difícil, o mesmo deverá levar o assunto ao Departamento de Recursos Humanos ao Diretor, Sr. João Gomes de Moraes. Nenhum PESSOAL será demitido, rebaixado, suspenso, ameaçado, hostilizado ou discriminado de qualquer forma, como consequência de ter reportado uma infração a este CÓDIGO, ou a qualquer outra política ou procedimento da JMORAES.

13.3 A violação das disposições do presente CÓDIGO poderá acarretar em aplicação de penalidades civis e criminais para a JMORAES e para o PESSOAL envolvidos, inclusive, medidas disciplinares e até a demissão.

13.4 As multas impostas às pessoas físicas por violações às disposições constantes no presente documento, em especial àquelas relativas às leis anticorrupção, não poderão ser pagas pela JMORAES, além das pessoas envolvidas estarem sujeitas à prisão. As penalidades para as pessoas jurídicas são muito substanciais e seus executivos também podem ser presos. Além disso, a JMORAES e o PESSOAL podem ser condenados a devolver os ganhos obtidos com o ato ilícito de Corrupção.

14 - DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Diante da possibilidade de graves punições previstas na legislação, a JMORAES se preocupa em atender todos os requisitos deste CÓDIGO, incluindo outras disposições complementares a política anticorrupção da JMORAES, através de práticas para a proteção aos seus interesses, tais como: processos de análise e verificação para associação com terceiros, incluindo a possibilidade de serem feitas pesquisas de antecedentes, reputação e capacidade empresarial, verificação cadastral e de auditoria externa, programas de treinamento, inclusão de disposições contratuais de observância a essa política em contratos com terceiros, bem como o controle interno e o monitoramento cuidadoso das atividades da JMORAES.

14.2 A JMORAES disponibiliza canais de acesso para denúncias através de seu endereço eletrônico (www.jmoraes.com.br), reclamações e sugestões, a fim de facilitar o cumprimento e a efetividade deste CÓDIGO, bem como, para atender os requisitos da legislação Anticorrupção e outras aqui citadas.

14.3 As denúncias devem ocorrer quando o funcionário ou TERCEIRO tiver conhecimento de dados ou fatos concretos que estejam beneficiando alguém, em prejuízo de outros ou da própria JMORAES; ou de comportamentos que se enquadrem em algumas das hipóteses vedadas por este CÓDIGO.

14.4 Consultas sobre as previsões e aplicação do presente CÓDIGO, devem ser dirigidas ao Departamento de Recursos Humanos e, nos casos de impedimento, ao Diretor, Sr. João Gomes de Moraes.

Guarulhos, 07 de Junho de 2.018

JMORAES COMISSÁRIA DE DESPACHOS ADUANEIROS